

Primeiros socorros na educação infantil: percepção dos educadores

First aid in early childhood education: educators' perception

Primeros auxilios en educación infantil: percepción de los educadores

Recebido: 17/12/2020 | Revisado: 26/12/2020 | Aceito: 28/12/2020 | Publicado: 03/01/2021

Géssica Genesini

ORDIC: <https://orcid.org/0000-0002-7254-7473>
Universidade do Vale do Taquari, Brasil
E-mail: gessicagenesini@gmail.com

Fernanda dos Santos

ORDIC: <https://orcid.org/0000-0001-9153-665X>
Universidade do Vale do Taquari, Brasil
E-mail: fernanda.santos5@univates.br

Magali Conte

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7755-7219>
Universidade do Vale do Taquari, Brasil
E-mail: magali.conte@universo.univates.br

Paula Michele Lohmann

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8429-9155>
Universidade do Vale do Taquari, Brasil
E-mail: paulalohmann@univates.br

Alissara Zanotelli

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1375-4269>
Universidade do Vale do Taquari, Brasil
E-mail: zanotellialissara@gmail.com

Resumo

O estudo objetivou conhecer a percepção dos profissionais da educação infantil frente aos primeiros socorros. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, realizado com profissionais da educação infantil de um município do interior do Rio Grande do Sul. A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário, organizado na ferramenta formulários Google com onze questões abertas, dispostas em dois blocos: dados sociodemográficos e referente ao atendimento em primeiros socorros em ambiente escolar. Este documento foi encaminhado por e-mail e respondido pelos participantes de forma online, em detrimento da pandemia por Covid-19. Os dados qualitativos foram submetidos a Análise Temática de Conteúdo. Ressalta-se que toda a pesquisa foi regida pela Resolução 466/2012, respeitando os aspectos éticos de pesquisas realizadas com seres humanos, e aprovação sob o número 4.062.050. Participaram da pesquisa doze profissionais. Por meio das respostas das participantes, organizou-se o seguinte tema: conhecimento e atitude do profissional frente a um acidente infantil. Percebeu-se que os educadores estão se aperfeiçoando para atender os alunos em atendimentos de primeiros socorros. Espera-se contribuir com o processo de trabalho dos profissionais da educação infantil, ponderando um atendimento eficaz e livre de danos aos educandos.

Palavras-chave: Acidentes; Lesões acidentais; Primeiros socorros; Educação infantil.

Abstract

The study aimed to know the perception of early childhood education professionals regarding first aid. This is a study with a qualitative approach, carried out with professionals in early childhood education in a city in the interior of Rio Grande do Sul. Data collection occurred through the application of a questionnaire, organized in the Google forms tool with eleven open questions, arranged in two blocks: sociodemographic data and referring to first aid in a school environment. This document was sent by e-mail and answered by the participants online, to the detriment of the pandemic by Covid-19. Qualitative data were submitted to Thematic Content Analysis. It is noteworthy that the entire research was governed by Resolution 466/2012, respecting the ethical aspects of research conducted with human beings, and approval under number 4,062,050. Twelve professionals participated in the research. Through the responses of the participants, the following theme was organized: knowledge and attitude of the professional in the face of a child accident. It was noticed that educators are improving to assist students in first aid. It is expected to contribute to the work process of early childhood education professionals, considering effective and harm-free service to students.

Keywords: Accidents; Accidental injuries; First aid; Child rearing.

Resumen

El estudio tuvo como objetivo conocer la percepción de los profesionales de la educación de la primera infancia con respecto a los primeros auxilios. Este es un estudio con un enfoque cualitativo, realizado con profesionales en

educación infantil en una ciudad del interior de Rio Grande do Sul. La recolección de datos se realizó mediante la aplicación de un cuestionario, organizado en la herramienta de formularios de Google con once preguntas abiertas, organizados en dos bloques: datos sociodemográficos y referentes a primeros auxilios en un entorno escolar. Este documento fue enviado por correo electrónico y respondido por los participantes en línea, en detrimento de la pandemia de Covid-19. Los datos cualitativos se presentaron al análisis de contenido temático. Es de destacar que toda la investigación se regió por la Resolución 466/2012, respetando los aspectos éticos de la investigación realizada con seres humanos, y la aprobación con el número 4.062.050. Doce profesionales participaron en la investigación. A través de las respuestas de los participantes, se organizó el siguiente tema: conocimiento y actitud del profesional ante un accidente infantil. Se notó que los educadores están mejorando para ayudar a los estudiantes en primeros auxilios. Se espera que contribuya al proceso de trabajo de los profesionales de la educación de la primera infancia, considerando un servicio eficaz y sin daños para los estudiantes.

Palabras clave: Accidentes; Lesiones accidentales; Primeiros auxílios; Crianza del niño.

1. Introdução

Cada fase de desenvolvimento vital, expõe o ser humano a diferentes situações de risco, que podem resultar em lesões acidentais potencialmente graves. Dentre essas fases, destaca-se a infância, por ser caracterizada pela curiosidade, sinais do corpo em desenvolvimento e aprendizados diversos, se mostrando como um período de preocupação dos pais e professores em relação a tais situações (Silva et al., 2017).

Neste sentido, quando pensado em infância, o ambiente escolar ganha espaço, principalmente pelos momentos de interação, sendo corriqueiro a ocorrência de acidentes, os quais desencadeiam ansiedade e inquietação dos professores, que são os responsáveis por esse espaço. Desta forma é fundamental para o professor uma preparação sobre primeiros socorros, definido como um conjunto de medidas específicas de atendimento imediato a uma vítima, desenvolvidas por pessoal capacitado, enquanto a vítima aguarda a chegada da equipe especializada que a conduza ao serviço de apoio (Galindo et al., 2018).

A importância dos primeiros socorros é nítida nos diferentes ambientes de circulação de pessoas, sendo que estas estão expostas a locais e materiais potencialmente perigosos para ferimentos e acidentes. Esses eventos inesperados e não intencionais, tipicamente resultando em lesões acidentais, como ferimentos corto-contusos, acidentes por quedas, queimadura, evidenciam, na maioria das vezes, a primordialidade de um atendimento imediato e eficaz preservando a saúde dos educandos (Leite et al., 2013).

Neste sentido, verifica-se também que é pertinente ter conhecimento sobre o desenvolvimento da criança, visto que são diversas as situações que podem acontecer no contexto escolar. Portanto, cabe citar que a probabilidade de uma criança de zero a seis meses se machucar é mais reduzida, em virtude de pouco se locomover, logo, esta criança está sujeita a risco aumentado de engasgo, bem como queda do trocador durante a troca de fraldas (Ceccon et al., 2000).

Sob o mesmo limiar de desenvolvimento, uma criança de um a três anos está na “fase das descobertas”, iniciando a deambulação, tendo risco de acidentes por quedas, podendo evoluir para traumas cranianos e de membros. O interesse da criança em explorar novas situações, sua potencialidade, novas habilidades e a forma de interação com o ambiente escolar podem ocasionar acidentes quando expostas às ameaças presentes nesse espaço. Logo, compreender as fases de desenvolvimento infantil é de suma importância no sentido de atentar para os acidentes que cada idade pode experimentar (Ceccon et al., 2000).

Paralelamente, muitos desses casos podem ser prevenidos e, se vierem a ocorrer, é fundamental o conhecimento dos professores para a realização dos primeiros socorros de menor complexidade, visando preservar a vida e evitar agravos até que os profissionais da saúde assumam o atendimento, sempre fundamentado no princípio de não causar malefícios à vítima. Esse atendimento inicial é baseado na assistência imediata à pessoa em uma situação de agravo à saúde, incluindo procedimentos que exijam ou não a mínima utilização de materiais ou equipamentos, objetivando preservar a vida, prevenir sequelas ou deterioração do estado de saúde da vítima e promover a recuperação (Costa et al., 2018).

Todavia, a maternagem e paternagem podem contribuir neste cuidado com os alunos, por vivenciarem situações de acidente no domicílio em momentos de convivência do grupo familiar, fazendo com que procurem informações de como proceder. Pode-se destacar, também, as vivências antigas já ocorridas na escola e testemunhadas pela equipe que podem contribuir para assistência em acidentes futuros (Galindo et al., 2018).

Nesse contexto, o estudo realizado por Silva et al. (2017) que objetivou descrever uma ação educativa em ambiente escolar referente aos primeiros socorros com professores do ensino primário, identificou uma deficiência nesse propósito por parte do educador, que compartilha a maior parte do seu tempo com as crianças. Esta mesma pesquisa comprovou que medidas educativas envolvidas no diálogo podem auxiliar na construção, fortalecimento e aprimoramento dessa prática de primeiros socorros, bem como a formação de parcerias entre os profissionais da educação com os da saúde (Silva et al., 2017).

Condizente com o explicitado se faz notório levar em consideração os sentimentos aparentes dos profissionais ao realizar o atendimento de primeiros socorros, sobretudo os anseios e medos por atuarem frente a situações por vezes nunca vivenciada. Fato que pode estar ligado a não estarem acostumados em sua rotina escolar, gerando medo, preocupação e, de certa forma, uma situação assustadora, como quando há hemorragia em decorrência do ferimento (Lino et al., 2018).

Da mesma forma que, as situações de primeiros socorros geram sentimentos de angústia e impotência, levando o professor a repensar seu processo de trabalho e a capacidade de atuar de forma resolutiva frente a situação. Desta maneira, é relevante salientar que alguns professores, por não apresentarem o preparo necessário, ressaltam a importância de serviços de saúde externos serem acionados (Galindo et al., 2018).

Desse modo, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), são peças fundamentais na rede de saúde, prestando o atendimento correto à criança, além de propiciar segurança no dia-a-dia dos professores, se tornando serviços de apoio (Galindo et al., 2018). Todavia, nem sempre os professores lançam mão da ajuda dos serviços especializados na hora em que necessitam, colocando a vida dos educandos em risco pela falta de capacitação no atendimento (Brasil, 2018). Por conseguinte, se percebe o quão importante e fundamental é esse tema nas escolas, que por vezes passa despercebido, entrando em foco quando situações graves acontecem.

Nesta lógica, objetivando capacitar e proteger os profissionais da educação infantil no atendimento aos educandos que sofrem incidentes entrou em vigor, em outubro de 2018, a Lei nº 13.722, também denominada Lei Lucas. A qual recomenda que estabelecimentos de ensino devem capacitar os profissionais da educação para situações de emergência, para que assim possam realizar um pré-atendimento seguro, evitando agravos e contribuindo para a preservação da integridade da vítima (Brasil, 2018).

Nesse sentido, a pesquisa de Leite et al. (2018) concluiu que os profissionais da educação não prestam uma assistência diante do acidentado, por não possuir nenhum conhecimento na área. Portanto, em detrimento da importância e relevância desse tema, tanto para profissionais quanto para as crianças, se entende que pesquisas que enfatizam esse binômio educação infantil e primeiros socorros são uma forma de preencher uma lacuna no conhecimento. Bem como, compreende-se que todas as formas de pesquisa são importantes e em todos os contextos, o estudo atual proposto será de grande valia para as coordenações de escolas, bem como forma de proteção das crianças, pois, com as evidências científicas, os professores poderão ser capacitados garantindo um atendimento eficaz e resolutivo.

Nesse sentido, diante do exposto, este estudo possui como questão de pesquisa: Qual a percepção dos profissionais da educação infantil frente aos primeiros socorros no ambiente escolar? Buscando responder a essa pergunta, o estudo objetiva conhecer a percepção dos profissionais da educação infantil frente aos primeiros socorros no ambiente escolar.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório com abordagem qualitativa realizado no primeiro semestre de 2020. Os participantes da pesquisa foram 12 profissionais da educação infantil, nas categorias de gestor, professor, recreacionista e monitor (servidor na área magisterial, quando atua em escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio) que atuam na rede de ensino de um município do interior do estado do Rio Grande do Sul.

Em relação à logística, primeiramente foi feito contato com a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, para solicitar a autorização para a pesquisa, bem como apresentação do projeto e clarificação de dúvidas. Com resposta positiva, enfatizou-se a oferta de apoio no que fosse necessário e ainda demonstrando interesse nos futuros resultados pesquisados. Em posse da carta de anuência assinada pela instituição, cadastrou-se o projeto na Plataforma Brasil, em que ocorreu o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Taquari - Univates, de acordo com o Parecer Consubstanciado nº 4.062.050.

Para a seleção dos participantes, foi realizado um sorteio aleatório entre as dez escolas de educação infantil do município estudado. Destas, quatro escolas foram contempladas para participar do estudo. Em seguida, foram elencados os profissionais de educação por suas categorias: gestor, professor de educação infantil, recreacionista e monitor. Após isso, um novo sorteio, escolhendo três participantes de cada categoria.

Com o nome dos sorteados em mão, cada um foi contatado via telefone, autorizado pela escola, solicitando um e-mail para envio das orientações. Assim, foram explicados e descritos os objetivos da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como a importância da participação do profissional. Tendo retorno positivo do participante, o pesquisador encaminhou por mensagem de e-mail o link com o questionário a ser respondido na plataforma do Google Formulários e o TCLE, solicitando as respostas, assinatura e devolução dos mesmos, respectivamente. Essa logística foi necessária devido a Pandemia da Covid-19, que tem como forma de prevenção da infecção e manutenção do isolamento social preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O questionário aplicado continha onze questões que abordaram dados sociodemográficos (sexo, idade, escolaridade, tempo de atuação profissional), bem como as seguintes perguntas dicotômicas e/ou explicativas: Você já experienciou, na sua prática profissional, algum acidente infantil? Quando acontece um acidente/incidente na escola, qual sua primeira conduta? Você teve na grade curricular da sua formação o tema “primeiros socorros”? Você recebeu algum preparo da instituição para atendimento dos escolares durante um incidente? Qual ano? Quais as principais ocorrências que você visualizou na sua prática profissional? A maternagem ajudou no atendimento de primeiros socorros?

Os critérios de inclusão para a escolha dos participantes da pesquisa foram: profissionais que atuam na educação infantil dos alunos diariamente e que aceitassem participar da pesquisa. Os critérios de exclusão foram: profissionais que estivessem afastados por motivos de doença, licença maternidade, férias, ou ainda, quem se recusasse a participar.

Os dados foram coletados no período entre os meses de abril e maio de 2020. A análise dos dados foi realizada com aproximações na Análise de Conteúdo de Bardin (2016), seguindo as três etapas: a) A pré-análise; b) Exploração dos dados; c) Tratamento dos resultados. Posteriormente criou-se duas categorias de análise: “Conhecimento e atitude do profissional frente a um acidente infantil” e “O papel da maternagem no atendimento de primeiros socorros infantil”.

3. Resultados e Discussão

Do ponto de vista sociodemográfico, a totalidade das participantes eram do sexo feminino, estavam na faixa etária entre 20 a 29 anos. Um quarto delas tinham mais de 40 anos. Quanto à escolaridade, todas as participantes possuem ensino superior completo, sendo que um quarto dessas tem pelo menos um curso de Pós-Graduação na área da educação e um terço

com dois ou mais Pós-Graduações. Uma das participantes tem uma Licenciatura em Biologia, porém está com o curso de Licenciatura de Pedagogia em andamento.

No tocante ao tempo de atuação das participantes na educação infantil, a média de tempo foi de oito anos e meio, em que a categoria das gestoras estão na atual função, uma há 4 anos, outra há dois anos e a outra há 5 meses, sendo que todas já atuavam em sala de aula antes de assumirem o cargo na direção. As professoras de educação infantil já atuam por maior tempo, em diferentes escolas. Pode-se afirmar que as recreacionistas, são a categoria que está a maior tempo nesse cargo, atuando por mais de 10 anos, e as monitoras atuando a menos de 6 anos em sala de aula diretamente com os alunos.

Com base nas entrevistas optou-se pela organização de um tema abrangendo todas as questões da pesquisa, a qual será apresentada a seguir.

3.1 Conhecimento e atitude do profissional frente a um acidente infantil

No contexto de aplicação dos primeiros socorros no ambiente escolar, torna-se evidente a necessidade dos professores e demais profissionais atuantes na área da educação a compreenderem a importância desse atendimento. A realização do primeiro atendimento a qualquer vítima de acidente, evita possíveis agravos e oferece uma maior chance de melhoria no estado geral de saúde. No que concerne a experiência vivenciada em lesões acidentais, a pesquisa mostrou que todas os participantes já experienciaram durante sua prática profissional algum acidente infantil, trazendo exemplos como principais ocorrências: crise alérgica, sintomas virais, mordidas/arranhões, engasgo, quedas/esfolados/batidas/galo na cabeça/hematomas, ferimentos/cortes, sangramento lábio/nariz. Estes fatos ocorrem nas escolas, independente da faixa etária dos alunos. Tal situação pode ser verificada nas falas a seguir:

“[...] Sim, de vários níveis. Aluno que teve engasgo alimentar, corte em queda com sangue, queda de brinquedos com hematomas e braço quebrado com fratura exposta” (Violeta, recreacionista).

“Sim, num certo final de tarde, uma criança cujo não sabíamos que era alérgica a formigas, foi picada por algumas” (Margarida, recreacionista).

“Quedas, pequenos cortes.” (Astromélia, monitora).

Com base nas falas das participantes, percebe-se um vasto leque de lesões acidentais que estão presentes no ambiente de trabalho, que vão desde picada de formiga até fratura exposta. Porém, cabe salientar que uma picada de formiga pode levar a condições mais sérias com risco de morte da vítima, sendo tão grave ou mais que uma fratura exposta ou um engasgo. Dados que permeiam uma associação entre os riscos e agravos que as crianças estão expostas com a capacidade de atendimento eficaz e resolutivo que é exigido por parte das profissionais.

Em relação à isso, dentre as lesões acidentais, é possível destacar as quedas como as mais comuns, também os escorregões que podem evoluir para hematoma subgaleal, hemorragia nasal e ferimentos corto-contusos. Também se tem agravos como febre, engasgo, crise convulsiva, alergias, disfunção respiratória, entre outras. Logo, cabe às instituições promoverem capacitações e suporte para os profissionais estarem preparadas para o atendimento nos casos de emergência, bem como na prevenção destes incidentes (Machado et al., 2014).

Todavia, as escolas de educação infantil atendem crianças de quatro meses a cinco anos de idade, geralmente divididas em turmas correspondentes a sua faixa etária e a seu desenvolvimento infantil. Os momentos de recreação são inevitáveis durante o período de aula, bem como a todo tempo os alunos estão vulneráveis a se machucarem, tornando algo normal na rotina das profissionais.

Neste sentido, percebe-se que durante a avaliação da lesão acidental, algumas profissionais lançam mão do apoio do gestor ou de outro colega, bem como conseguem ter o discernimento de que caso é grave e necessita de atendimento hospitalar, conforme falas abaixo:

“Já. Diariamente acontecem pequenos acidentes” (Margarida, gestora).

“A criança começou a ficar inchada, e querer desmaiar. Então levamos ela para o hospital pois não tínhamos como esperar os pais chegarem” (Margarida, recreacionista).

“Sim, de vários níveis. Aluno que teve engasgo alimentar, corte em queda com sangue, queda de brinquedos com hematomas e braço quebrado com fratura exposta. (Violeta, recreacionista).

“Sim, o mais ocorrido são quedas com diferentes proporções (locais, idades e pesos)” (Lírio, gestora).

No relato das participantes, percebe-se que os acidentes considerados “pequenos” ocorrem de forma corriqueira, com frequência no ambiente escolar, indicando uma forma padronizada por elas de agir sobre cada um deles. A ocorrência desses acidentes também presume que os profissionais necessitam dessa capacitação sobre primeiros socorros, principalmente por tornar-se uma atividade corriqueira durante a rotina de trabalho. Porém, lesões acidentais de maior gravidade também estão presentes, e podem pôr em risco a vida da criança, a depender de um atendimento baseado em diretrizes e ágil.

Por estes motivos, podemos enumerar os princípios fundamentais de atenção aos primeiros socorros: segurança da cena, manter a calma, organizar o atendimento de modo que um responsável cuide da vítima, enquanto outro trata de atender as demais crianças do grupo; saber evitar lesões adicionais; saber o que fazer imediatamente, nos casos que ocorrem com mais frequência; sempre que possível, buscar o local mais adequado a este pronto atendimento; procurar ajuda qualificada com telefone de hospital, posto de saúde ou pronto atendimento mais próximo (Ceccon et al., 2000).

Nestes episódios acidentais, os profissionais de educação, revelaram como seria sua primeira conduta em casos de acidentes com os alunos. Desta forma, na sua maioria, prestam atendimento imediato ao aluno, porém mantém a responsabilidade sob os demais alunos, seguindo uma ordem de atendimento, de acordo com as falas abaixo:

“Primeiro socorrer a criança e amparar, retirar ela do meio dos colegas. Após orientar para que alguém fique com restante da turma e prestar todos os socorros que estiver ao meu alcance” (Margarida, gestora).

“Primeira conduta é sempre acalantar a criança, transmitindo confiança e nesse meio tempo pensar que medida tomar, solicitando apoio dos superiores” (Violeta, recreacionista).

“Verificar o que é, ajudar como posso e, se preciso, pedir auxílio de um colega” (Bromélia, professora de educação infantil).

“Avisar a direção e prestar os primeiros socorros” (Rosa, professora de educação infantil).

“Levar o acontecimento a direção” (Orquídea, monitora).

Verifica-se no relato das participantes que a conduta frente a realização dos primeiros socorros varia entre os profissionais, possuindo inconsistência entre as práticas. Por vezes, alguns educadores, por não se sentirem devidamente preparados ou seguros para atuarem em situações de primeiros socorros, acabam por realizar procedimentos de maneira

incorreta (Silva et al., 2017). Neste sentido, se faz pertinente a criação de protocolos institucionais, que amparam os profissionais em todos os âmbitos de atendimentos, bem como proporciona um atendimento baseado em diretrizes fidedignas sobre os agravos. Logo, essa padronização vai ao encontro de minimizar as lesões acidentais com prevenção das mesmas, por meio do conhecimento das situações agravantes.

Condizente a isso, Leite et al. (2018) desenvolveu uma pesquisa com 52 profissionais em um centro educacional de João Pessoa na Paraíba, onde se concluiu que a maioria dos entrevistados relataram não saber exatamente como proceder diante de alguns tipos de acidentes, por não possuírem nenhum treinamento específico e adequado ao atendimento à vítima. Esta pesquisa procurou avaliar o nível de conhecimento dos componentes da gestão educacional sobre noções básicas de primeiros socorros. Logo, é necessário que os profissionais sejam capacitados para melhorar os atendimentos aos alunos sob sua responsabilidade (Leite et al., 2018). Cabe salientar que a capacitação é de suma importância, pois traz segurança aos profissionais e aos familiares dos educandos, promovendo um ambiente seguro e harmonioso.

No acontecimento dos incidentes infantis, muitos profissionais lançam mão de ajuda mútua, tanto de colegas como da família. Desta forma, dependendo dos casos, os profissionais de educação junto com a gestão escolar conduzem a situação chamando os pais ou levando ao pronto atendimento, conforme as falas a seguir:

“Verificar o que aconteceu, em seguida chamar outra pessoa para ajudar com a turma e sempre acalmar a criança. Dependendo da situação chamar os pais” (Margarida, recreacionista).

“Avalio o estado geral, converso com o mesmo e dependendo do local e intensidade, procuro o pronto atendimento” (Lírio, gestora).

“Avisar aos pais e ir ao hospital” (Rosa, gestora).

Percebe-se, em leitura as falas, que nenhuma participante citou o acionamento da equipe da Unidade Básica de Saúde do bairro, bem como do Serviço Móvel de Urgência – SAMU. Estes serviços podem servir como âncora no atendimento imediato à vítima de lesão acidental. Assim, a formação de parcerias entre os profissionais da educação com a área da saúde se torna promissora no planejamento de discussões do campo da saúde e sua forma de abordagem no ambiente educacional, auxiliando a construção de novos métodos, estratégias e formas de pensar (Silva et al., 2017).

Também, pode-se perceber que são poucas as instituições de ensino em licenciatura que promovem fundamentos básicos em primeiros socorros, sendo assim, não há preparo mínimo dos professores procederem em casos de emergência com seus alunos, independentemente da idade (Galindo et al., 2018). Este cenário faz com que os profissionais criem uma rede de apoio na escola, com o intuito de amenizar os agravos causados pelas lesões acidentais. Portanto, o acionamento dos pais dos educandos, torna-se uma estratégia benéfica tanto para o profissional como para a vítima, para aquele é uma forma de dividir a ansiedade do ocorrido, e para este, é um alento ter a presença dos pais na escola.

Ponderando, vale citar que os atendimentos de primeiros socorros não é algo novo, todavia, percebe-se que muitos profissionais ficaram à mercê de uma busca individual sobre o tema. Todavia, a gestora da escola desempenha certa responsabilidade sobre as demais profissionais, o que vai ao encontro de capacitações sobre primeiros socorros. Importante reforçar que cada profissional deve ter sabedoria para entender que não está preparado para determinado atendimento e lançar mão de formas de auxílio, não esperando uma atitude da gestão. Neste sentido, quando questionadas sobre os cursos ou formação com abrangência do tema primeiros socorros, algumas participantes alegaram terem tido na formação de base, outras não, conforme falas a seguir:

“Sim, tive formação, porém de forma muito acadêmica e não prática e outras palestras, mas nada com profundidade” (Violeta, recreacionista).

“Em nenhuma das minhas formações eu tive primeiros socorros” (Margarida, recreacionista).

“Não, o fiz em cursos paralelos” (Lírio, gestora).

“Não” (Astromélia, monitora).

“Não (Bromélia, professora de educação infantil).

Percebe-se que a busca por conhecimento sobre o tema por vezes não é levado em consideração na organização do plano de ensino do curso, promovendo uma busca individual ou mesmo ficando à mercê de trocas de práticas entre as profissionais. Aqui, evidencia-se uma dualidade, no sentido que se tem lesões acidentais corriqueiras e ao mesmo tempo visualiza-se uma ínfima preocupação por esse assunto, tanto das instituições de ensino como das profissionais. Desta forma, vale destacar a Lei Lucas de 2018, que foi criada em decorrência de uma morte de um aluno da educação infantil por engasgo com salsicha, a qual determina que todas as instituições de educação infantil capacitem seus profissionais sobre o tema primeiros socorros. No entanto, acredita-se que não se deve esperar por uma situação grave com óbito para promover cursos e capacitações, e diante de lesões acidentais simples já incidirem conhecimento sobre tal.

Em contrapartida, estudo evidenciou que a preocupação por parte dos professores de cursos sobre primeiros socorros é fundamental, pois habilitam como agir em atendimentos de nível de pré-hospitalar, nos casos de acidentes leves ou graves (Machado et al., 2017). Por conseguinte, se percebe o quão importante e fundamental é esse tema nas escolas, que por vezes passa despercebido, entretanto em foco quando situações graves acontecem. A maioria dos profissionais contaram que receberam instruções sobre primeiros socorros da instituição de ensino em que trabalham, destas, sete ocorreram no ano de 2019, conforme as falas abaixo:

“Sim, recebemos curso de primeiros socorros no ano passado de 2019” (Margarida, recreacionista).

“Sim. No ano de 2019, recebi treinamento com bombeiros” (Astromélia, monitora).

“Pouco. Às vezes que tivemos palestras, foram bem teóricas. Prática quase nada” (Violeta, recreacionista)

Visualiza-se que as capacitações recebidas, na sua maioria, foram posteriores a implantação da Lei Lucas, promulgada em 2018. Incitando o discurso que certos acontecimentos somente funcionam com a determinação por meio de leis ou decretos, infelizmente. Estar ou não preparado para um atendimento eficaz e resolutivo é responsabilidade do profissional, não apenas da instituição, bem como não deveria ficar à mercê de leis ou outras formas de imposição. Aliado a isso, tem-se as inúmeras crianças que estão sob cuidado de profissionais muitas vezes desabilitados para atender as lesões acidentais, colocando em risco a vida desses educandos. Paralelamente, se tem a preocupação dos pais que deixam seus filhos com pessoas que deveriam ter capacitação mínima para atender casos de incidentes no dia-a-dia escolar. Essa tríade professor-educando-pais deve estar alinhada em um único propósito: responsabilidade pela saúde do próximo, o que muitas vezes não acontece, tanto nas escolas como em outras instituições.

Torna-se relevante pontuar que, após a promulgação da Lei Lucas, estabelecimentos de educação, do ensino infantil ao básico, públicos e privados, deverão implementar nas escolas, bem como capacitar seus professores e funcionários, sobre procedimentos de primeiros socorros. Objetivando possibilitar atendimentos primários em situações de emergência até a

chegada da ajuda médica especializada. Deverão serem oferecidos cursos com certificação profissional, podendo ser ministrados por entidades municipais ou estaduais, com direcionamento de acordo com a idade da clientela a ser assistida (Brasil, 2018).

Em detrimento do saber limitado sobre atendimento a lesões acidentais, não adquirido na formação de base ou nos municípios, muitos profissionais lançam mão de vivências e conhecimentos adquiridos em suas vidas pessoais, comparando com situações parecidas com seus filhos. Essa mescla entre cuidar e educar, faz com que os professores criem habilidades que muitas vezes ajudam a lidar em momentos estressantes. Logo, ser mãe seria um fator de proteção no atendimento de primeiros socorros, ocasionando tranquilidade e segurança aos profissionais maternais (Alves & Veríssimo, 2007).

Logo, quando questionadas se a maternagem ajuda no momento do atendimento de primeiros socorros, as profissionais da educação que participaram da pesquisa, trouxeram pensamentos que concordam, em sua maioria, com o estudo citado acima, conforme falas abaixo:

“Sim, pois talvez em algum momento já vivenciaram a situação em casa, mas acredito também que muitos profissionais que não são pai ou mãe, tenham mais entendimento do que aqueles que são.” (Margarida, recreacionista).

“Sim. Pois passa segurança para a criança.” (Astromélia, monitora).

“Acredito que sim.” (Bromélia, professora)

“Com certeza, acalma e traz uma segurança.” (Lírio, gestora).

“Não sou mãe ainda, mas acredito que ajuda caso já tenho vivido alguma situação parecida, se não, não acredito que isso ajudaria.” (Violeta, recreacionista).

“Às vezes” (Rosa, professora de educação infantil).

“Não noto diferença.” (Margarida, gestora).

Sempre que uma situação é vivenciada mais vezes, torna-se um aprendizado, proporcionando um caminho a ser percorrido menos doloroso e inseguro. Ao encontro disso, a maternagem vem como um amparo as profissionais, pois os educandos sob sua responsabilidade estão passando ou irão passar pelas mesmas fases de desenvolvimento de seu filho, gerando um aprendizado intacto.

Porém, muitas mães trabalhadoras, ao se depararem com um agravo já vivenciado podem lembrar do ocorrido com seu filho, em que, muitas vezes o atendimento não teve sucesso, causando um momento de mais ansiedade e medo, vindo a prejudicar o andamento dos primeiros socorros na escola. Entende-se que ser mãe pode ser um fator de proteção no atendimento a lesões acidentais com educandos de escolas de educação infantil.

4. Considerações Finais

Este estudo permitiu compreender a percepção dos primeiros socorros frente a educação infantil, bem como entender se a maternagem tem influência no atendimento das lesões acidentais. Os profissionais relataram com suas experiências que as lesões acidentais fazem parte do seu processo de trabalho, culminando com uma necessidade de aperfeiçoamento frente a esse tema.

A partir dos resultados desse estudo sugere-se que algumas estratégias de cuidados sejam adotadas pelos gestores e coordenação da Secretaria de Educação, com o intuito de melhoria no atendimento frente aos primeiros socorros. Da mesma forma que se orienta que haja um olhar holístico aos profissionais de educação infantil, promovendo um amparo no que concerne a autonomia no atendimento das lesões acidentais dos educandos sob sua responsabilidade.

Cabe salientar também que as Unidade Básicas de Saúde e Serviço Móvel de Urgência deveriam realizar matriciamento nas instituições escolares, proporcionando uma troca de informações que podem ajudar nos atendimentos de agravos na educação infantil. Da mesma forma que, é de suma importância criar uma rede de apoio entre escolas e serviços de saúde, em que a tríade profissional – escolares – pais tem a se beneficiar.

Assim, espera-se contribuir com o processo de trabalho dos profissionais da educação infantil, ponderando um atendimento eficaz e livre de danos aos educandos. Este estudo apresentou como limitação a realização da entrevista por meio de um formulário online, e não presencialmente, em detrimento da pandemia da Covid-19. Bem como, este tema apresenta uma lacuna no conhecimento, com uma ínfima quantidade de publicações científicas sobre a temática abordada.

Referências

- Alves, R. C. P., & Veríssimo, M. D. L. Ó. R. (2007). Os educadores de creche e o conflito entre cuidar e educar. *Journal of Human Growth and Development*, 17(1), 13-25.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.
- Brasil. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm.
- Brasil. Ministério da Educação. Portal do MEC. Lei Lucas. Professores aprenderão noções básicas de primeiros socorros. <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/215-568057805/74791-professores-aprenderao-nocoas-basicas-de-primeiros-socorros>.
- Ceccon, C., & Ceccon, J. P. *A Creche Saudável: educação infantil de qualidade*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- Costa, C. W. A., Moura, D. L., Costa, F. L. de O., Mélo, R. de S., & Moreira, S. R. (2015). Unidade didática de ensino dos primeiros socorros para escolares: efeitos do aprendizado. *Pensar a Prática*, 18(2).
- Galindo N., Nelson M., Caetano, J. Á., Barros, L. M., Silva, T. M., & Vasconcelos, E. M. R. (2017). Primeiros socorros na escola: construção e validação de cartilha educativa para professores. *Acta Paulista de Enfermagem*, 30(1), 87-93.
- Galindo N., Nelson M., Carvalho, G. C. N., Castro, R. C. M. B., Caetano, J. Á., Santos, E. C. B., Silva, T. M., & Vasconcelos, E. M. R. (2018). Vivências de professores acerca dos primeiros socorros na escola. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(Suppl. 4), 1678-1684.
- Leite, A. C. Q. B., Freitas, G. B., Mesquita, M. M. L., França, R. R. F. & Fernandes, S. C. A. (2013). Primeiros socorros nas escolas. *Revista Extendere*, Rio Grande do Norte, 2(1), 61-70.
- Leite, H. S. N., Bonfim, C. R., Formiga, H. J. B., Ferreira, A. M., Barbosa, A. B. A. & Martins, E. N. X (2019). Primeiros socorros na escola: conhecimento da equipe que compõe a gestão educacional. *Temas em Saúde*, João Pessoa, 290-312.
- Lino C. M., Fossa A. M., Campagnoli M. & Mônica F. G. (2018). Acidentes com crianças na educação infantil: percepção e capacitação de professores/cuidadores. *Saúde rev.*, Piracicaba, 18(48), 87-97.
- Machado, E. C. M., Petry, A. R., Somavilla, V. E. C. & Hopp, L. S. (2017). Acidentes na infância: percepção e atitudes dos professores na educação infantil. *Revista Saúde e Desenvolvimento*, 11(7), 35-46.
- Siebeneichler, A., & Hahn, G. (2014). Professores Da Pré-Escola E O Agir Em Situações De Emergência. *Revista Destaques Acadêmicos*, 6(3).
- Silva, L., da Costa, J., Furtado, L., Tavares, J., & Costa, J. (2017). Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar: intervenção em unidade de ensino. *Enfermagem em Foco*, 8(3).